



1º Subscritor - Bruno Miguel Casaca Galaio, nº236136

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em Portugal foram criadas estruturas dedicadas ao desenvolvimento regional. Estas identidades, algumas institucionais outras não, foram incumbidas de ajudar a combater a taxa de analfabetismo, os altos números da taxa de desemprego e em última instância dinamizar as economias locais que já se sentiram em Portugal.

O IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), foi criado em 1930 na altura ainda com o nome IP (Instituto Profissional), para fazer face aos elevados níveis de desemprego existentes naquela altura, provenientes da crise económica que vitimava Portugal. Tendo a sua última reestruturação interna ocorrido em 2010, também fruto de uma crise económica, o IEFP evoluiu, trazendo como grande novidade os estágios profissionais para desta forma, facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho aliviando as despesas das empresas.

Com a entrada de Portugal na União Europeia, houve uma necessidade de criar várias Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, com o suposto objetivo de ajudar na canalização de fundos europeus para o nosso país, criando-se assim um desenvolvimento do tecido económico português. No entanto, o desenvolvimento de uma economia sustentável e não baseada no consumo interno não foi conseguida. Existe ainda uma grande disparidade entre a faixa litoral de Portugal e a faixa interior, o que leva a que tantos anos depois, o nosso país ainda tenha uma economia de consumo que facilmente fica fragilizada com a ocorrência de crises externas.

A base de qualquer negócio, seja ele de que sector seja, é a formação. Outro princípio fundamental de negócio é reconhecer as oportunidades do meio onde nos inserimos. No entanto, o planeamento para obter mão-de-obra qualificada para uma dada região é inexistente, e quem deveria fazer este tipo de planeamento e sincronizá-lo com as oportunidades de negócio de uma região não o faz.



As identidades responsáveis para que a formação especializada exista, de acordo com as necessidades do tecido empresarial estão de costas voltadas uma para a outra. E desta forma continuamos a ter um sistema económico frágil, com dinâmicas industriais obsoletas e por fim um país de costas para o desenvolvimento.

[CCD' QUÊ?]

Tendo em conta todos os factores anteriormente mencionados, fica a premissa de que é preciso aprender para saber fazer. É necessário haver um planeamento conjunto entre as CCDR'S e o IEFP, e desta forma sincronizar as necessidades da indústria com a educação profissional e superior, de forma a desenvolvermos um sistema semelhante ao existente em países nórdicos. Desta forma, Portugal, conseguirá ter uma economia pujante e mais competitiva.

Plano Regional de Desenvolvimento Conjunto.

Esta medida resulta do parágrafo anterior. O pretendido é desenvolver um plano económico e educacional, em que cada distrito ou região possa ter balizas concretas do que pretende para a sua vida económica, preparando e criando condições para a mesma existir através do ensino.

Base do Projecto

Primeiramente, o plano deve conter um estudo sobre as potencialidades económicas do distrito. Por exemplo, em Santarém existe um enorme potencial agrícola, de onde derivam outras actividades e serviços, por exemplo o agro-turismo.

Em segundo, deve existir uma estratégia clara tecida pelo IEFP, onde conste uma lista de prioridades formativas no distrito, a nível do ensino profissional e das formações ministradas pelo próprio ministério. Por exemplo, existirem formações vitivinícolas no IEFP de Santarém.



- **Possíveis Medidas a Englobar no Plano e Respetivas Funções**

- **Forum Regional Empresarial** - Realizar semestralmente sessões com os maiores empresários a nível regional e adaptar estratégias conforme o necessário.
- **Balanço Anual CCDR/IEFP** - Realizar um balanço anual público, do Plano de Desenvolvimento Conjunto.
- **Promover o Desenvolvimento Sustentável** - Procurar a inclusão de todos os concelhos do Distrito no plano de desenvolvimento económico, fazendo assim valer as diversas oportunidades de negócio.
- **Concursos Nacionais** - Implementar concursos nacionais transparentes com o apoio da banca, para que sejam criados novos negócios ou para revitalizar os já existentes.
- **Delegar capacidades às associações empresariais**, se existentes.

Nota Final: No fundo a social-democracia responsável é isto, o estado regulamentar o que têm de regulamentar, para que o sector privado tenha condições para se desenvolver sustentavelmente e organicamente.